

CRISE DO CAPITALISMO, CRISE DA 'EUROPA'¹

CRISIS DEL CAPITALISMO, CRISIS EN 'EUROPA'

ANTÓNIO JOSÉ AVELÃS NUNES

Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Direito de Coimbra. Endereço eletrônico: anunes@fd.uc.pt.

RESUMO

Apesar da situação excepcional que se vive na Europa e do sofrimento dos seus povos devido à crise financeira, a Comissão Europeia perdeu por completo a capacidade de iniciativa e os seus mais altos dirigentes estão sem voz ativa para tentar solucionar o problema. Tudo se vem resolvendo (ou nada se tem resolvido) à margem das instituições comunitárias (e, sobretudo, dos povos da Europa), no âmbito das *relações intergovernamentais*, segundo a vontade da potência dominante nesta espécie de IV Reich em que se transformou a UE, em especial a Eurozona. Em suma, as razões de alarme quanto à vida democrática na *Europa do capital* foram-se acentuando à medida que foi ficando claro que quem governa a 'Europa' são os chamados "mercados". Diante disso, o presente artigo busca explorar os impactos que a crise financeira iniciada em 2007 causou nos países europeus por meio de análises históricas, políticas e econômicas da conjuntura europeia.

PALAVRAS CHAVE: crise; capitalismo; crise europeia; união europeia;

RESUMEN

A pesar de la situación excepcional que se vive en Europa y el sufrimiento de su pueblo debido a la crisis financiera, la Comisión Europea ha perdido por completo la capacidad de tomar la iniciativa y sus principales dirigentes no tienen voz para tratar de resolver el problema. Todo viene de la solución (o nada se ha resuelto) en el marco de las instituciones de la UE (sobre todo los pueblos de Europa), en el marco de las relaciones intergubernamentales, de acuerdo a la voluntad de la potencia dominante en este tipo de Cuarto Reich que se convirtió en la Unión Europea En

¹ Este texto, com redação diferente, já teve outras vidas. É bem certo que passamos a vida a escrever as mesmas coisas e sobre as mesmas coisas, como é certo – bem o sabemos – que aquilo que escrevemos já foi escrito algum dia, às vezes por nós próprios. Nesta oportunidade, quero dedicar estas reflexões à minha Colega e minha Amiga Aldacy Rachid Coutinho, com muita "fraternura" e com muita consideração.

particular, la zona del euro. En resumen, la alarma de razones sobre la vida democrática de Europa fueron acentuando el capital como se puso de manifiesto que quien gobierna "Europa" son los llamados "mercados". Por lo tanto, este artículo tiene como objetivo explorar los impactos que la crisis financiera que comenzó en 2007 causó en los países europeos a través de un análisis histórico, político y económico de la situación europea.

PALABRAS CLAVE: crisis, el capitalismo, crisis europea, la Unión Europea;

1. INTRODUÇÃO.

Logo que a crise iniciada nos EUA em 2007 chegou à Europa e se abriu a crise do euro, a UE e as instituições comunitárias desapareceram de cena. O conhecido *défice democrático* vem-se agravando perigosamente: nem os povos, nem os parlamentos nacionais, nem sequer o Parlamento Europeu são ouvidos quando se trata de decisões importantes.

Apesar da situação excepcional que se vive na Europa e do sofrimento dos seus povos, ninguém deu conta de que existe uma instituição chamada Parlamento Europeu. A Comissão Europeia perdeu por completo a capacidade de iniciativa e os seus mais altos dirigentes têm-se remetido ao papel de serem a *voz do dono*, atuando como caixa de ressonância da Sr^a Merkel e do seu Ministro das Finanças. Tudo se vem resolvendo (ou nada se tem resolvido) à margem das instituições comunitárias (e, sobretudo, dos povos da Europa), no âmbito das *relações intergovernamentais*, segundo a vontade da potência dominante nesta espécie de IV Reich em que se transformou a UE, em especial a Eurozona.

O normal funcionamento dos órgãos colegiais da UE deu lugar ao que Jürgen Habermas chama de "intergovernamentalismo dos chefes do euro-clube, que atuam nos bastidores".² A igualdade entre os estados-membros, apesar de consagrada nos Tratados, foi completamente esquecida, porque tudo é decidido em função dos interesses 'imperiais' e dos calendários eleitorais da Alemanha.

Em termos gerais, as razões de alarme quanto à vida democrática na *Europa do capital* foram-se acentuando à medida que foi ficando claro que quem governa a 'Europa' são os chamados "mercados", os grandes conglomerados financeiros, os

² Cfr. *ob. cit.*, 136.

especuladores ‘viciados’ nos jogos de casino e organizados como os cartéis do crime, os especuladores que Jacques Chirac chamou em 1995 “a sida da economia mundial”.

No início de 2010 veio a público a notícia de que, no meio do maior segredo (como convém aos negócios...), ainda antes da crise, o banco americano *Goldman Sachs* tinha ajudado o Governo grego (conservador) a obter crédito no valor de milhares de milhões de euros.

O mesmo banco ‘aconselhou’ depois o Governo da Grécia sobre os ‘truques’ de engenharia financeira necessários para falsificar as suas contas e enganar as autoridades comunitárias. Por estes sábios conselhos e serviços (que terão incluído a ‘compra’ da indispensável colaboração das competentíssimas e insuspeitas agências de *rating* americanas para levar a bom termo estas operações...) aquele banco terá cobrado 300 milhões de euros (pagos pelo povo grego, claro, que não entrou no negócio) e ganhou ainda muito dinheiro com os contratos de seguro de incumprimento da dívida grega (os famosos CDS – *Credit Default Swaps*), que recomendava aos clientes que convencia a emprestar dinheiro à Grécia a juros convidativos. O *boss* do *Goldman Sachs* recebeu, nesse ano, um prémio de nove milhões de dólares. Realmente, o crime compensa.³

O capital financeiro e os seus servidores ganharam muito dinheiro com estas manobras, mas a Grécia endividou-se e o povo grego, vítima da fraude cometida em conjunto pelo Governo conservador e pelo *Goldman Sachs*, é agora acusado pelos ‘poderes constituídos’ (entre eles o *Goldman Sachs*) de ter cometido o ‘pecado’ de viver acima das suas posses e condenado pelos “mercados” (*Goldman Sachs* incluído) a pesadas ‘penitências’.

Os chamados “mercados” estão aqui retratados de corpo inteiro. No ‘retrato’ pode ver-se também a natureza do poder político que governa a Europa e o mundo. Quando estas manobras vieram a público, a Sr^a Merkel (segundo notícias da comunicação social) comentou, com ar ‘angelical’, que seria “vergonhoso” que “os bancos, que já nos levaram à beira do precipício, tivessem igualmente participado na fabricação das estatísticas orçamentais da Grécia”.

A verdade é que participaram. A verdade é que burlaram a União Europeia. E tudo isto é vergonhoso. Mas nada disto é novo neste *mundo sem vergonha*: isto está

³ Indicações colhidas em S. HALIMI, “O crime...”, *cit.*

de acordo com a natureza deste *capitalismo de casino*, fruto acabado do neoliberalismo, assente cada vez mais no *crime sistémico*. E a reação da Sr^a Merkel foi apenas para a fotografia... Com efeito, o senhor Mario Draghi era o vice-presidente do *Goldman Sachs* para a Europa na altura destas ‘manobras’, e, nessa qualidade, deve ter sido o responsável direto por aqueles negócios ‘vergonhosos’ com o Governo grego. A verdade é que foi nomeado Presidente do Banco Central Europeu, e ninguém duvida de que tal só foi possível porque o Sr. Draghi teve o voto favorável da Chanceler alemã. Ganhou o lugar (também com o voto favorável dos partidos socialistas no Parlamento Europeu!) certamente pelos relevantes serviços prestados ao capital financeiro especulador e batoteiro e pelo ‘respeito’ que demonstrou pela União Europeia, que agora está a ‘servir’ a mais alto nível, com a mesma devoção pelo interesse público e com o mesmo respeito pelas instituições comunitárias...

O grande capital financeiro vive destas “vergonhas” e de muitas outras ainda menos confessáveis, vive do *crime sistémico*. Toda a gente sabe (até a Sr^a Merkel...) que, sem a participação dos grandes *conglomerados financeiros*, não chegariam aos *paraísos fiscais* os milhões de milhões de dólares (e euros) sujos oriundos da grande criminalidade organizada (evasão e fraude fiscais, tráfico de droga, de armas e de mulheres) e dos *jogos de casino*, baseados na especulação sem lei nem regras sobre ‘produtos financeiros’ livremente criados para o efeito, moedas, combustíveis, matérias-primas e alimentos.

Estes conglomerados financeiros são a tal *sida da economia mundial*, mas são eles que mandam em todos os Chirac, em todas as Merkel, em todos os Sarkozy (e em todos os Hollande), bem como em todos os Obama. São eles os verdadeiros ‘ministros’ da *igreja neoliberal*, cujos dogmas orientam a política das potências capitalistas dominantes, com particular realce para a UE, manietada pela camisa-de-forças em que os seus construtores a encerraram.

A presença do grande capital financeiro no ‘governo’ da *Europa do capital* tornou-se, aliás, indisfarçável, após a nomeação de Lucas Papademos como Primeiro-Ministro da Grécia e de Mario Monti como Primeiro-Ministro da Itália. Nem um nem outro foram eleitos para os parlamentos dos seus países, e muito menos foram eleitos pelo povo para exercerem as funções que lhes foram cometidas. São ambos *banqueiros*, em comissão de serviço na vida política. Não deixa de ser

simbólico o facto de Mario Monti ostentar também no seu currículo a atividade como *conselheiro da Coca-Cola*.

Tal como Mario Draghi (que foi Diretor Executivo do Banco Mundial entre 1985 e 1990 e Governador do Banco de Itália, depois de, na qualidade de vice-presidente do *Goldman Sachs*, ter ajudado o Governo grego a ludibriar as autoridades da UE), Lucas Papademos colaborou, como Governador do Banco Central da Grécia, na falsificação das contas públicas deste país. Tal como Mario Monti, pertence à *Comissão Trilateral*. Acresce que Mario Monti foi assessor do *Goldman Sachs* quando Mario Draghi era seu vice-presidente para a Europa, durante o período em que o banco americano orientou (regiamente pago) a ‘batota’ feita pelo Governo grego. Para espanto de muitos, parece que se descobriu haver também ‘gente’ do *Goldman Sachs* entre os assessores da Comissão Europeia e até entre os assessores da Chanceler Merkel.⁴

Quem manda nesta *Europa do capital* são os donos do *Goldman Sachs*, são os banqueiros e os senhores da *Comissão Trilateral*. Parafraseando um *slogan* célebre *made in USA*, dir-se-á, agora: “O que é bom para o Goldman Sachs é bom para o mundo”...⁵

Os ‘mercados’ têm rosto, como se vê. Estes são alguns dos rostos dos “mercados”, alguns dos ‘mercadores’ que especulam contra o euro atacando os estados-membros mais fracos da Eurozona, e que, como ‘governantes’, se dedicam às tarefas de combater a crise que eles próprios desencadearam e que alimentam todos os dias.⁶

⁴ Também o Ministro da Economia do atual Governo espanhol (Luis de Guindos) pertence ao clube do *Goldman Sachs*, do qual foi Diretor Executivo para a Espanha e Portugal entre 2006 e 2008. À mesma ‘escola’ pertence o nosso privatizador-mor António Borges, que não é ministro, porque quer ganhar honorários várias vezes superiores ao vencimento de um ministro. E até o secretário de estado Carlos Moedas, que assessora o Primeiro-Ministro no acompanhamento da execução do *Memorando* imposto pela *troika*, era ‘colaborador’ do *Goldman Sachs* antes de ter vindo para o governo.

⁵ Em novembro/2012 (cfr. C. DURAND e R. KENCHEYAN, *ob. cit.*) ficámos a saber que quatro dos oito membros encarregados de elaborar um Relatório para a Comissão Europeia sobre a reforma da arquitetura financeira na UE estavam ou tinham estado ligados a grandes grupos financeiros (*Goldman Sachs*, *BNPParibas*, *Lehman Brothers*, *Citigroup*). Os banqueiros ocupam o ‘centro’ do poder político. Naturalmente, esta ‘reforma’ vai deixar tudo na mesma, como já é visível: os banqueiros não vão renunciar, por sua iniciativa, ao domínio do mundo...

⁶ Um retrato mais completo dos rostos dos mercados financeiros pode ver-se em G. GEUENS, *ob. cit.*: nos conselhos de administração do restrito clube de bancos, companhias de seguros, fundos de pensões, fundos de investimento e outras instituições financeiras que controlam metade de todo o capital cotado em bolsa à escala mundial sentam-se muitos antigos governantes (primeiros ministros, chanceleres, ministros) de vários países europeus, não apenas conservadores, mas também

Infelizmente, é difícil fugir à conclusão de que foram os donos do *Goldman Sachs* e os senhores da *Comissão Trilateral*, com a colaboração das *troikas* e dos *mercozys*, que ‘impuseram’ estes *governos de banqueiros*, humilhando os povos da Grécia e da Itália. A sua apresentação como *governos de técnicos* deixa a descoberto o completo absurdo de se admitir que pode haver uma *solução técnica* para problemas que são, essencialmente, *problemas políticos*. Não sendo *juntas militares*, estamos perante verdadeiras *juntas civis* (Serge Halimi), constituídas à margem das regras do jogo democrático, traduzindo a menoridade da política e a negação da democracia.⁷

2. - A agudização da situação na Grécia (mas também a evolução da ‘crise’ em Portugal e na Irlanda e mesmo na Espanha e na Itália) obrigou a acelerar os trabalhos para a revisão do *Tratado de Lisboa*, que acabou por concretizar-se, de modo muito pouco ortodoxo, através do chamado *Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governação na União Económica e Monetária* (TECG), assinado em

socialistas, sociais-democratas e trabalhistas. Todos trabalham para os especuladores, para aqueles que são “a sida da economia mundial”.

Foi muito falada, há anos, a passagem direta de Gerhardt Schroeder de Chanceler da Alemanha para o conselho de administração da Gazprom, empresa com a qual tinha celebrado, naquela sua anterior qualidade, um importante contrato de fornecimento de gás.

Em 2009, ficou célebre a confissão de Sarkozy (*Le Point*, 3.7.2009): “Quando vejo os milhões que Clinton ganha, imagino que possa fazer o mesmo. Fico no cargo cinco anos e depois vou ganhar dinheiro, como Clinton”. O exercício do mais alto cargo político é encarado como um investimento que garante muito dinheiro fácil no futuro! Razão tem o super-lobbista Jack Abramoff quando ‘teoriza’ nestes termos: “A melhor forma de uma empresa corromper um homem político é convencê-lo da perspectiva de um emprego futuro que lhe garantirá uma mina de dinheiro”.

A verdade é que, segundo Ibrahim WARD (*ob. cit.*, 11, de onde retirámos a citação anterior), Bill Clinton ganhou, no ano seguinte à sua saída da Casa Branca, 16 milhões de dólares em conferências e artigos de jornal.

Outro grande ‘empresário’ desta mesma indústria é Tony Blair, que criou, para o efeito, uma série de ‘empresas’, com diversos figurinos. Uma delas é a *Tony Blair Associates*, que se propõe “oferecer, numa ótica comercial, conselhos estratégicos sobre as tendências políticas e económicas e sobre a reforma dos estados”. Tudo produtos altamente sofisticados, com grande valor acrescentado, fruto da mais apurada tecnologia..., que atraem clientes como o JP Morgan, a seguradora Zurich Financial Services, o Governo do Kuwait, o fundo de investimentos Mubadala (Abu Dhabi) e várias outras instituições financeiras e estados, “com predileção pelos oligarcas e cleptocratas do Médio Oriente, África e ex-União Soviética”. Ibrahim Ward relata um dos muitos negócios altamente rentáveis deste político-empresário, realizado na segunda metade de 2012. Contratado para ‘facilitar’ o êxito de uma oferta pública de aquisição da Glencore (um dos gigantes mundiais no campo das matérias-primas) sobre uma empresa mineira propriedade do fundo soberano Qatar Holding, Tony Blair telefonou de imediato ao seu amigo Primeiro-Ministro do Qatar (administrador do Qatar Holding) e acertou com ele uma reunião em Londres entre as duas partes interessadas. Após três horas de reunião, o negócio ficou fechado e Blair terá cobrado um milhão e duzentos mil euros. Nada mau: 400 mil euros por hora...

⁷ Não é de estranhar, por isso mesmo, que do Governo Papademos fizessem parte ‘técnicos’ pertencentes a um partido político de extrema-direita, impedido de participar em quaisquer governos desde a queda da ditadura militar na Grécia, em 1974.

Bruxelas em 2 de março de 2012 pelos Chefes de Estado e de Governo de 25 estados-membros da UE (todos os da Eurozona e mais oito, ficando de fora o RU e a República Checa).

O modo como foi aprovado este estranho tratado (conhecido como *tratado* ou *pacto orçamental*) mostra que os fiéis do “pensamento único euro-beato” (Jacques G n reux) não hesitaram em recorrer a este “golpe de estado europeu” (R.-M. Jennar). Com efeito, este ‘tratado’ esvazia ainda mais a já débil estrutura democrática de funcionamento da UE e continua a tarefa de esvaziar as competências dos órgãos politicamente legitimados pelo sufrágio universal, confiando-as às instâncias tecnocráticas da União.

Apesar disso, os ‘chefes’ decidiram que ele não aumenta as competências da UE, pelo que ele entrará em vigor através do *procedimento simplificado*, logo que ratificado por doze dos 25 países que o subscreveram. Os ‘donos da Europa’ fazem questão de continuar, na mesma via anti-democrática, a edificar uma *Europa imperialista*, ao sabor dos interesses do grande capital financeiro, o contrário de uma Europa assente na *coopera o* entre estados-membros com estatuto de igualdade, na *participa o democrática* dos cidadãos europeus na defini o do seu futuro, respeitadora dos direitos e da *dignidade* dos trabalhadores, dos povos e dos estados da Europa.

O conteúdo deste *pacto orçamental* faz-nos recear que ele possa representar um passo novo no processo de desvalorizar os fundamentos da democracia no quadro europeu, favorecendo o desenvolvimento de condi es que ponham em causa não são a democracia mas também a paz na Europa.

No *Preâmbulo* fazem-se algumas considera es pias, falando dos objetivos do crescimento econ mico, do emprego e da coesão social. Mas as medidas previstas não têm nada que ver com esta agenda.

O chamado *pacto orçamental* vem transformar em lei o *princípio das finanças s s*:

1) as contas públicas devem apresentar-se equilibradas ou excedentárias, não se admitindo que v  além de 0,5% do PIB o chamado *défice estrutural* (défice corrigido das varia es cíclicas e líquido de medidas extraordinárias e temporárias);

2) esta ‘regra de ouro’ do equilíbrio orçamental deve passar a constar de disposições legais vinculativas e de carácter permanente, de preferência a nível constitucional;

3) caso a Comissão Europeia entenda que um estado-membro da Eurozona caiu em situação de défice estrutural, o estado em causa terá de aplicar *automaticamente* um *mecanismo de correção*, ficando afastada qualquer possibilidade de intervenção dos parlamentos nacionais, para autorizar tal mecanismo ou para impedir o Governo de o executar;

4) os estados-membros que não cumpram estas disposições ficarão, sem mais, sujeitos à aplicação de sanções pelo Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE).

O TCEG consagra ainda:

- a obrigação dos estados-membros de sujeitar as reformas significativas de política económica a *debate prévio* (não por parte dos cidadãos desses países, mas por parte das instâncias da UE) e, quando adequado, à *coordenação* entre elas, no quadro das instituições comunitárias;

- a obrigação dos estados que ultrapassem os limites estabelecidos para o défice público e para a dívida pública de submeter à Comissão e ao Conselho um *programa de reformas estruturais obrigatórias* (traduzindo: um programa de privatizações, enquanto houver ‘matéria-prima’; alterações no sentido da flexibilização da legislação laboral; medidas de estrangulamento dos sistemas públicas de segurança social, de saúde e de educação);

- a obrigação das partes de comunicarem previamente ao Conselho e à Comissão Europeia os respetivos planos de emissão de dívida pública.

Sem o mínimo pudor, o ‘tratado’ não resiste à tentação de legislar aquilo que sabe não corresponder à verdade: “o mecanismo de correção previsto respeita integralmente as prerrogativas dos parlamentos nacionais”. Sem qualquer recato, o ‘tratado’ vem atribuir novas competências à Comissão Europeia e ao TJUE (que são instituições da UE), apesar de tal ‘tratado’ não ser subscrito por alguns estados-membros da UE.

A ‘filosofia’ do ‘pacto orçamental’ assenta na ideia de que os problemas radicam essencialmente nos défices das contas públicas. ‘Esquece’ que, em todos os países devedores, o défice público e a dívida pública nasceram, em boa parte,

como ‘efeitos colaterais’ do *crime sistémico* (verdadeira marca de água do capitalismo mundial) e aumentaram por efeito da crise e do tratamento que foi imposto aos ‘pecadores’. ‘Esquece’ também que os problemas da Eurozona são *problemas do euro* e têm a sua raiz na estrutura da UEM, nos défices comerciais dos países em dificuldade (que alimentam os saldos positivos da Alemanha) e nas dívidas da banca e das grandes empresas privadas.

Para que serve, afinal, este dramático *pacto orçamental*? Alguém concebe que a Alemanha (ou a França...) submeta as suas políticas económicas a debate prévio e à coordenação com as de outros países, no quadro das instituições comunitárias? Alguém vê a Alemanha (ou a França...) a sofrer as consequências do referido mecanismo automático de correção? Quem esquece que a Alemanha, tão rigorosa para com os ‘povos inferiores’, foi o primeiro estado-membro a violar, grosseira, ostensiva e impunemente o Pacto de Estabilidade e Crescimento?

Em declaração pública, o Primeiro-Ministro britânico afirmou que este tratado traduz o propósito de *tornar ilegal o keynesianismo*. E a verdade é que ele tem razão, embora não se perceba tal preocupação por parte de um neoliberal assumido. De resto, esta ideia de ‘matar’ Keynes está na raiz do processo de integração europeia, logo no Tratado de Roma, em 1957, em pleno apogeu do keynesianismo.⁸ O que agora se pretende conseguir, mais uma vez por vias travessas, é ‘constitucionalizar’ e ‘eternizar’ o neoliberalismo e as políticas de austeridade.

Fiel ao código genético do processo de integração europeia, este ‘pacto’ arrasta consigo uma acentuada diminuição da já reduzida democraticidade de funcionamento da UE. O ‘governo’ dos países mais fracos passa para as mãos de *órgãos executivos* constituídos por eurocratas que escapam ao controlo democrático.⁹ Enquanto atualmente as sanções têm que ser aplicadas por voto da maioria qualificada do Conselho Europeu que represente pelo menos 2/3 dos estados-membros e 62% da população da UE, o novo ‘pacto’ dispõe que as sanções passam a ser *automáticas*, dispensando qualquer votação. Os estados-membros

⁸ Cfr. o nosso livro **A Constituição Europeia...**, cit., 132. O Tratado de Maastricht significou um passo de gigante nesse sentido.

⁹ Tendo em conta o processo de integração europeia, J. HABERMAS (*ob. cit.*, 73) fala de “expropriação das entidades soberanas democráticas por poderes executivos”. Basta ter presente que o Parlamento Europeu, apesar de todas as ‘promessas’ que acompanharam a aprovação do chamado *Tratado de Lisboa*, continua a ser um *nada político*.

ficam também sujeitos à aplicação direta de sanções por parte do TJUE, passando por cima dos sistemas judiciários nacionais.

Este ‘pacto’ e o radicalismo que ele traduz é o fruto maduro da política de uma Alemanha que, perante as dificuldades, ‘aconselha’ os gregos a vender as ilhas e o Parthénon e os portugueses a iniciarem a viagem da “jangada de pedra”, para se juntarem ao Brasil... Habermas põe o dedo na ferida quando sublinha que este ‘pacto’ é “um modelo político de marca alemã” e tem de ser visto não como a proposta de uma “Alemanha cooperante”, mas como a afirmação de «uma clara pretensão de liderança por parte de uma “Alemanha europeia numa Europa marcada pelos alemães”», de uma Alemanha que parece ter perdido “a consciência de uma herança histórico-moral comprometedora” que, durante alguns anos após a 2ª Guerra Mundial, ditou uma atitude de “moderação diplomática e disponibilidade para adotar também as perspetivas dos outros”.¹⁰

Sem ter aprendido nada com a crise – que tornou evidentes deficiências estruturais da UEM há muito identificadas pelos especialistas –, o ‘pacto’ persiste na imposição das mesmas regras de comportamento (de política económica) a países com situações e com histórias completamente diferentes, como se a política pudesse confinar-se à aplicação *mecânica* de regras iguais para todos, impostas por tecnocratas iluminados. E insiste em apontar as *culpas* da ‘crise’ aos *povos do sul*, que andaram a viver acima das suas posses. Coerentemente, insiste na condenação dos ‘pecadores’ por ‘pecados’ que não cometeram, impondo-lhes planos de austeridade que destroem as suas economias e as bases da sua soberania. Ao consagrar a austeridade *para todo o sempre*, este *pacto orçamental* torna o crescimento impossível para os países que mais precisam de crescer, impondo aos seus povos um retrocesso civilizacional sem precedentes.

Para países como Portugal, o referido *tratado orçamental*, ao impor o limite de 0,5% para o défice público, equivale à imposição de um *programa de austeridade perpétua*, um *programa de estagnação e de subdesenvolvimento*, um programa que impedirá aos países que mais necessitam dele o recurso a uma boa dose de *investimento público*, porque este não pode dispensar o recurso criterioso ao crédito por parte do estado.

¹⁰ Cfr. J. HABERMAS, *ob. cit.*, 163-169.

Tanto basta para que ele deva ser considerado um ‘*contrato*’ nulo, porque ele é, em boa verdade, um novo *pacto colonial*, em que a parte mais forte impõe às partes mais fracas a sua própria *colonização* e o seu próprio *subdesenvolvimento*. Como nos tempos da Antiguidade, em que os devedores que não podiam saldar as suas dívidas eram reduzidos à escravidão. Por isso este pacto deve ser considerado nulo, como nulo seria um ‘contrato’ em que uma das partes aceitasse ser escravo da outra.

Foi-se tão longe, que até a Confederação Europeia de Sindicatos (que um dos seus fundadores, o sindicalista belga Georges Debunne, já um dia classificou de “correia de transmissão do patronato europeu”) anunciou que está contra este tratado.¹¹

Com a eleição de François Hollande para a Presidência da República Francesa pôs-se em marcha uma nova operação de propaganda ideológica, cuja música de fundo tem como nota dominante a afirmação de que o crescimento e o emprego vão passar a estar na ordem do dia das políticas da UE.

Alguns poderão ter esperado que Hollande e o seu Governo viessem dizer que o *pacto orçamental* devia ser pura e simplesmente posto de lado, porque a ‘regra de ouro’ e outras ‘regras’ que ele contém arrastam consigo um entrave estrutural ao desenvolvimento da Europa e condenam os países mais débeis ao ‘subdesenvolvimento’ e a um verdadeiro estatuto colonial. Puro engano. Se, em Portugal, o PS votou favoravelmente o ‘pacto’ na Assembleia da República dizendo que o fazia com absoluta paz na consciência (embora gostasse de ver uma adenda sobre o crescimento e o emprego...), também os deputados socialistas franceses o votaram na Assembleia Nacional, talvez nem todos em paz com a sua própria consciência, mas pressionados por Hollande, como bom seguidor da *religião TINA* (*There IS No Alternative*) fundada pela Sr^a Thatcher...¹²

Menos terão esperado, certamente, que Hollande viesse dizer: a política de promoção do crescimento e do emprego vai assentar na alteração do estatuto esquizofrénico do BCE; na utilização da capacidade de financiamento do BEI; no reforço e na facilitação do acesso aos fundos estruturais da UE; na subordinação do

¹¹ Cfr. R.-M. JENNAR, *ob. cit.*

¹² Em Portugal o governo aprovou em 3.1.2013 uma proposta de lei a apresentar à AR que visa alterar a *Lei de Enquadramento Orçamental* para nela incluir a *regra de ouro* constante do *Pacto Orçamental*, já ratificado pelo Parlamento português, com o voto favorável do PS.

poder económico e do poder financeiro ao poder político democrático; no combate ao *dumping fiscal* no seio da UE; no estímulo a políticas que garantam o controlo pelo estado da poupança nacional e do seu destino, que coloquem a banca ao serviço da economia, que promovam o aumento dos salários e garantam os direitos dos trabalhadores, que permitam o reforço do papel do estado em setores estratégicos da economia e o aumento do investimento público, nomeadamente em infraestruturas e nos setores da investigação científica, da educação e da formação profissional.

Estas deveriam ser as verdadeiras *reformas estruturais* e não aquelas de que sempre se fala quando o objetivo é o de esvaziar os direitos inerentes ao sistema de segurança social, asfixiar a escola pública e o serviço público de saúde, anular a contratação coletiva, baixar os salários, aumentar a precariedade do emprego, facilitar os despedimentos, reduzir o montante do subsídio de desemprego e o prazo durante o qual é pago.¹³

E, descontadas as operações de *marketing* destinadas à diferenciação dos ‘produtos’ apresentados no mercado dos votos, nem sequer é de esperar que o Governo de Hollande faça assentar a ‘política de austeridade’ no combate à corrupção, à fuga ao fisco e à fraude fiscal; no encerramento dos *paraísos fiscais*; na tributação das transações financeiras e dos ganhos especulativos, enfim, na “eutanasia do rendista” (de que falava Keynes), pondo termo a todas as *rendas* de que vive o capital financeiro.

Pierre Moscovici – que foi diretor de campanha de Hollande e é hoje o poderoso Ministro da Economia e das Finanças do Governo francês – teve o cuidado de esclarecer, durante a campanha eleitoral, que, se Hollande ganhasse as eleições, os défices públicos seriam reduzidos a partir de 2013, aquém de 3% do PIB, “custe o que custar”. É claro que vai custar mais recessão e mais desemprego.

14

Como sublinha Perry Anderson, uma vez eleito, François Hollande tornou-se “o intendente francês” do “sistema neoliberal europeu”, pelo que esperar dele “um pouco mais de independência económica ou estratégica já será uma vitória da

¹³ Em Portugal, só 34,5% dos trabalhadores desempregados recebiam, em junho/2012, subsídio de desemprego: cerca de 500 mil trabalhadores desempregados não recebiam qualquer subsídio.

¹⁴ Ver www.l'express.fr, 8.11.2011. Nenhuma surpresa: sabemos que Moscovici era, antes de ser ministro, vice-presidente do *Cercle de l'Industrie*, organização que representa os principais grupos industriais franceses.

esperança sobre a experiência”.¹⁵ A *experiência*, porém, parece estar a confirmar-se, à custa da *esperança*.

Em mais uma operação de propaganda, o Conselho Europeu de 28.6.2012 aprovou, por proposta de Hollande, o *Pacto para o Crescimento e Emprego*. Trata-se de um gesto platónico, que deixa intocado o referido ‘pacto orçamental’, que é – já o vimos – um verdadeiro *pacto colonial*, um *pacto de subdesenvolvimento*, incompatível com o crescimento económico e com o crescimento do emprego.

É uma solução caricata, de rematado *non sense*, que põe em causa seriamente a credibilidade das instituições comunitárias e das políticas comunitárias: equivale a dizer que, a partir de agora, a UE e os governos dos estados-membros vão passar todos a pedalar e a travar ao mesmo tempo. Seria divertida se não fosse patética esta ‘solução’ da “esquerda choramingas”, a ‘esquerda’ que lamenta, com uma lágrima ao canto do olho, as desigualdades e o desemprego, mas leva tudo à conta da *globalização incontornável* (sempre o ‘argumento’ de que *não há alternativa*, ofensivo da nossa inteligência e da nossa liberdade), recusando-se a identificar as suas causas, para não ter de as combater.¹⁶

Em suma: este novo Pacto não passa de uma declaração de intenções, sem qualquer relevância como instrumento dinamizador de uma nova política, que teria de começar pela rejeição do *Tratado Orçamental*, que este novo *Pacto* vem, afinal, legitimar.

Tendo em conta o que fica dito, ocorre perguntar: o que está a ser encoberto por detrás de tanto alarido?

¹⁵ Cfr. P. ANDERSON, *ob. cit.*

¹⁶ A expressão “esquerda choramingas” é de Frédéric LORDON (“A desglobalização...”, *cit.*), para caracterizar uma ‘esquerda’ que, segundo o autor, não está interessada em pôr em causa o que diz ser uma consequência *inevitável* da ‘globalização’: “a concorrência falseada entre economias com *standards* salariais abissalmente diferentes; a ameaça permanente de deslocalização; o constrangimento acionista que exige rentabilidades financeiras sem limites, de tal forma que a sua combinação opera uma compressão constante dos rendimentos salariais; o desenvolvimento crónico das famílias que isso origina; a liberdade absoluta do sistema financeiro para desenvolver as suas operações especulativas desestabilizadoras, neste caso a partir de dívidas contraídas pelas famílias (como no caso dos *subprime*); o sequestro dos poderes públicos, instados a socorrer instituições financeiras enfraquecidas pelas crises recorrentes; o pagamento do custo macroeconómico destas crises pelos desempregados e ainda o seu custo para as finanças públicas pago pelos contribuintes, pelos utilizadores de serviços, pelos funcionários públicos e pelos pensionistas; a subtração aos cidadãos de qualquer forma de controlo da política económica, agora regulada unicamente pelas exigências dos credores internacionais, seja qual for o preço a pagar pelos corpos sociais; a transferência da gestão da política monetária para uma instituição independente, fora de qualquer controlo político”.

Em primeiro lugar, o conteúdo vazio das promessas dos socialistas europeus (talvez nem todos...) de lançar políticas de promoção do crescimento e do emprego.

Em segundo lugar, o firme propósito de *todos* os aparentemente desavindos (os socialistas de Hollande e os conservadores de Merkel) de prosseguir as *políticas de austeridade* ao serviço das *finanças sãs*, com o ‘argumento’ de que elas são indispensáveis e de que *não há alternativa* para elas.

Em terceiro lugar, a vontade de todos em manter de pé e fazer aplicar o ‘pacto’ assinado em março/2012, um *pacto contra o crescimento e contra o emprego*, um verdadeiro “golpe de estado europeu”.

Mais grave ainda: por detrás das propostas ‘técnicas’ contidas no ‘pacto’ está uma visão totalitária, que suprime a soberania e a igualdade entre os estados membros da UE (que os Tratados continuam a consagrar) e que aponta para a *colonização* dos pequenos países pelos grandes. Repetimos: este novo *pacto colonial* encerra, a nosso ver, ameaças sérias à democracia e à paz na Europa.

Em entrevista recente, Felipe González reconhece os perigos inerentes à *crise da democracia representativa*: “Os cidadãos pensam, com razão, que os governantes obedecem a interesses diferentes, impostos por poderes estranhos e superiores, a que chamamos mercados financeiros e/ou Europa. É perigoso, pois tem algo de verdade indiscutível”.¹⁷

Na sequência deste *Pacto Orçamental*, a Alemanha fez vingar a ideia da chamada *União Bancária*. Para já, está em marcha um mecanismo ‘federal’ de supervisão centralizado no BCE. À escala nacional, a supervisão foi um falhanço completo: os supervisores deixaram o campo livre à banca, que cometeu toda a sorte de irresponsabilidades, de ilegalidades e de crimes. Nada garante que a supervisão do BCE seja de natureza diferente.

Mas é claro que esta *União Bancária* é mais um passo no sentido do federalismo ao serviço dos mais fortes. Sinal disto mesmo é a vitória da Sr^a Merkel, que conseguiu subtrair à supervisão do BCE os bancos dos estados federados alemães, que teriam dificuldade em passar no exame. Parecem as fronteiras do *mapa côr de rosa*, traçadas a regra e esquadro para proteger os interesses do império...

¹⁷ Entrevista ao *Expresso*, 5.1.2013.

E é claro também que este caminho afasta cada vez mais o RU não só da UEM mas da própria UE, no seio da qual, de resto, já tem um regime de exceção, resultante de um batalhão de cláusulas específicas, que o coloca com um pé fora e um pé dentro da UE. Há quem entenda que o RU não faz falta à União Europeia. É verdade que os dirigentes britânicos se comportam muitas vezes mais como servidores dos interesses americanos junto da UE do que como membros solidários da UE. A verdade, porém, é que a história da Europa não se concebe sem as ilhas britânicas e não é fácil imaginar o futuro da Europa sem elas e as suas gentes. E muito menos contra elas.

3. - A impropriamente chamada *crise das dívidas soberanas* veio pôr a descoberto as debilidades da ‘Europa’ enquanto estrutura política e a vontade da Alemanha de pôr a Europa a *falar alemão*. Com o objetivo de ‘esconder’ as causas e a natureza da crise, optou-se pela ‘solução’ de castigar os ‘povos inferiores’, pôr-lhes a rédea curta, e convencê-los de que a sua ‘cura’ tinha de passar por um calvário de sacrifícios, indispensáveis para que eles aprendam que não podem querer viver acima das suas posses. Foi o tempo em que os portugueses (e outros ‘europeus’) se apressaram a dizer que Portugal não era a Grécia, outros a dizer que a Espanha não era Portugal, outros ainda a dizer que a Itália não era a Espanha, e ainda outros a dizer que a França não era a Itália... Foi um espetáculo pouco edificante. Foi a *desunião europeia* no seu melhor!

A nosso ver, a ‘leitura’ alemã da crise e as políticas que dela têm resultado podem ter servido os interesses (conjunturais) da Alemanha, mas ameaçam destruir a Europa. Estão a destruir as economias europeias e estão a romper o tecido social dos estados europeus, e podem até destruir a ‘Europa’ que os seus mentores têm vindo a construir à socapa, que poderá não resistir à *destruição da credibilidade do euro* enquanto moeda que aspirava ao estatuto de *moeda mundial de referência*, projeto em que tanto investiram os seus ‘inventores’.¹⁸

Tal ‘leitura’ e tais políticas anularam por completo a referida ideia de alicerçar o ‘projeto europeu’ em uma *Alemanha europeia* (uma Alemanha com raízes fundas

¹⁸ Em julho/2012, o semanário inglês *New Statesman* proclamava: “A mania da austeridade de Angela Merkel está a destruir a Europa”. Alargando o âmbito da reflexão, o antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha, Joschka Fischer escreve: “A Alemanha destruiu-se – a si e à ordem europeia – duas vezes no século XX. (...) Seria ao mesmo tempo trágico e irónico que uma Alemanha restaurada (...) trouxesse a ruína da ordem europeia pela terceira vez”. Citações colhidas em J. A. FERNANDES (**Público**, 11.8.2012).

na 'Europa' e respeitadora dos interesses europeus), abrindo caminho a uma *Europa alemã*, uma Europa 'governada' pela Alemanha privilegiando os interesses da Alemanha. E este novo poder da Alemanha, nesta Europa à deriva, está, com razão, a assustar muita gente.

A História não se reescreve, mas também não se apaga. Não temos tanta certeza de que não se repita. Acreditamos que, tal como as pessoas, os povos têm de assumir a sua história por inteiro, com as suas grandezas e as suas misérias. Por isso entendemos que a Alemanha, sem ter de esquecer as suas grandezas, não pode esquecer as suas misérias. Não pode esquecer, nomeadamente, que as tropas da Alemanha nazi assassinaram, em 1940, mais de um milhão de gregos (dos quais 600 mil morreram de fome e 105 mil morreram em campos de concentração alemães), infligindo também à Grécia enormes prejuízos materiais (de montante superior ao da dívida grega atual), para além do roubo de obras de arte sem preço. E a Alemanha (o devedor mais relapso ao longo do século XX) nunca recompensou o povo grego pelos danos morais e materiais que lhe foram infligidos pelas suas forças armadas, apesar de ter beneficiado, ela própria, do perdão de dívidas resultantes da prática de *crimes contra a humanidade*.

Para quem não esquece a História, é particularmente chocante assistir ao modo como o governo alemão, certos meios políticos e alguma comunicação social da Alemanha têm tratado o povo grego, que não cometeu nenhum crime, antes foi vítima (e continua a ser) de políticas contrárias aos seus interesses, nas quais a Alemanha tem responsabilidade notória. Um povo que, oito anos depois de ter sido massacrado pelos invasores alemães, e apesar de não ter recebido nem um cêntimo das compensações de guerra que lhe eram devidas, aceitou participar, em 1953, no esforço internacional para tirar a Alemanha da bancarrota.

Em artigo publicado na revista *Merkur* (uma revista muito influente junto da intelectualidade alemã), em janeiro/2012, o seu autor (Christoph Schönberger) defende que a hegemonia da Alemanha no seio da UE deve ser entendida como a hegemonia que cabe (como que naturalmente) ao estado mais poderoso no seio de um sistema federal, à semelhança do que aconteceu com a Prússia no seio da federação germânica durante o II Reich. Invocando a teoria de Heinrich Triepel

(baseada no modelo prussiano de dominação da Alemanha¹⁹), o autor defende que “sendo os estados representados no Conselho Europeu muito desiguais em dimensão e peso, seria irrealista pensar que eles podem coordenar-se em pé de igualdade”. Entende, por isso, que “para funcionar, a União exige que o estado com mais população e riqueza lhe dê coesão e direção. A Europa precisa da hegemonia alemã, e os alemães têm de deixar de se mostrar tímidos no seu exercício”.²⁰

Não se fala, como se vê, de estruturas federais, nem de ‘poderes federais’, nem de políticas federais. A *Europa federal* parece resumir-se à *inter-governamentalidade* do Conselho Europeu, no seio do qual o jogo dos interesses é ‘jogado’ e decidido segundo as regras impostas pelo jogador mais forte, que deve (tem o direito de) assumir os ‘direitos’ de dono da bola e os ‘poderes’ de árbitro. Bem vistas as coisas, é assim que vem funcionando a ‘Europa’, nomeadamente desde o início da crise do capitalismo que gerou a crise do euro.

Creemos que só concepções como as que ficam expostas poderão justificar que o Sr. Volker Krauder, secretário-geral do partido da Sr^a Merkel, tenha proclamado, no Congresso do seu partido realizado em Leipzig (novembro/2011): “Agora na Europa fala-se alemão”. Muito bem (ou muito mal). A Alemanha poderá, finalmente, tornar-se a potência hegemónica da Europa, ambição que parece não abandonar os dirigentes alemães. Esta Europa poderá até *falar alemão*, poderá até aproximar-se do “quarto Reich” de que falam alguns, recuperando a expressão cunhada, em 1995, pelo historiador inglês Andrew Roberts. Mas uma *Europa de servos* não será nunca uma *Europa de desenvolvimento e de paz*.

Um homem tão comedido e tão conhecedor das ‘regras do jogo’ como Jean-Claude Juncker (Presidente do Euro-Grupo) não foi capaz de calar o que lhe vai na alma, declarando, numa entrevista, que “a Alemanha trata a zona euro como se fosse uma sua filial”.²¹ Perante a ‘teoria’ defendida na revista *Merkur*, pergunta Parry Anderson: “Irá a França aceitar assim tão facilmente ser rebaixada ao estatuto que

¹⁹ Heinrich Triepel foi um admirador do estilo bismarckiano de governar a Alemanha com base na hegemonia da Prússia, mas foi também um admirador de Hitler (cuja subida ao poder classificou de “revolução legal”), o estadista que, anexando a Áustria e os Sudetas, realizou o sonho alemão de um estado plenamente unificado. Informação colhida em P. ANDERSON, *ob. cit.*

²⁰ Os trechos transcritos são a síntese de P. ANDERSON (*ob. cit.*), que comenta: “A França, cujo arsenal nuclear e lugar no Conselho de Segurança da ONU já não contam grande coisa, tem de rever, por isso, as suas pretensões. A Alemanha deve tratar a França como Otto von Bismarck fez com a Baviera nesse outro sistema federal que foi o II Reich, mimoseando o parceiro inferior com favores simbólicos e consolações burocráticas”. E acrescenta que Bismarck considerava os bávaros “a meio caminho entre um austríaco e um ser humano”.

²¹ Jornais de 30.7.2012.

foi o da Baviera no II Reich?”. Perguntamos nós: aceitarão os povos da Europa oferecer à Alemanha, de mão beijada, o que Hitler não conseguiu pela violência e pela barbárie?

(CONTINUA NA PRÓXIMA EDIÇÃO – REVISTA JURÍDICA 2014 - I)